

PAULO FERREIRA DA CUNHA

Professor Catedrático e Diretor do Instituto Jurídico Interdisciplinar da
Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal.

Doutor em Direito das Universidades de Coimbra e Paris II.

Agregado em Ciências Jurídicas Públicas.

A CONSTITUIÇÃO VIVA

cidadania e direitos humanos

Livraria do Advogado Editora

Porto Alegre, 2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C972c Cunha, Paulo Ferreira da
A Constituição viva: cidadania e direitos humanos /
Paulo Ferreira da Cunha. - Porto Alegre: Livraria do
Advogado Ed., 2007.
222 p.; 23 cm.

ISBN 85-7348-436-5

1. Direito Constitucional. 2. Constituição. 3. Direitos
humanos. 4. Cidadania. I. Título.

CDU - 342.4

Índices para o catálogo sistemático:

Direito Constitucional
Constituição
Direitos humanos
Cidadania

SUMÁRIO

Introdução	13
Parte I - CIDADANIA	15
1. Estado, Direito e Cidadania	17
1.1. Crise, Direito e Política	17
1.2. Crise do Estado e do Sistema Político	26
1.3. Crise de Consensos e Educação para os Direitos Humanos	28
2. Ética Constitucional e Cidadania	31
2.1. Crise de Valores ou Transição de Valores dominantes?	31
2.2. Depois das Virtudes?	32
2.3. Dos Valores em geral e dos Jurídicos e Políticos em especial	35
2.3.1. Imprecisão no Tratamento Juspolítico dos Valores. O Exemplo do Projecto de Tratado Constitucional Europeu	35
2.3.2. Aproximações ao "Valor"	36
2.4. Valores Políticos Constitucionalmente Consagrados	41
2.4.1. Os Valores Caracterizadores do Projecto político-social	41
2.4.2. A Liberdade	42
2.4.3. A Igualdade	43
2.4.4. A Justiça	44
2.5. Dialéctica social dos Valores Políticos	45
2.6. Valores Políticos numa Ética Constitucional	46
2.6.1. Da Teoria Constitucional à Vivência Constitucional	46
2.6.2. Dimensões da Ética Republicana	47
2.6.2.1. Ética Republicana e Valores políticos	49
2.6.2.2. Ética Republicana e Virtudes	50
3. Interdisciplinaridade e Cidadania	52
3.1. Interdisciplinaridade (s)	52
3.1.1. Ventos Interdisciplinares	52
3.1.2. Obstáculos à Interdisciplinaridade	53
3.1.3. Ambigüidade de oclusão e abertura: O exemplo do Direito	54
3.2. Interdisciplinaridade e Cidadania	57
3.2.1. Ciência vendada, ciência fechada	57
3.2.2. O Olhar da Ciência Aberta	58
3.2.3. Cidadania: um outro olhar do Poder e do Saber	59

4. Aproximação do Poder aos Cidadãos e Reforma do Sistema Político.	
A tentativa portuguesa de 2003	62
4.1. O obstáculo epistêmico-deontológico	62
4.2. De uma reforma política em geral	65
4.3. Reforma política anunciada e reforma política desejável	66
4.3.1. Eticização republicana	67
4.3.2. Transparência	67
4.3.3. Aproximação entre eleitores e eleitos	67
4.3.4. Abertura do sistema político	69
5. Copiar a Constituição: Ritual democrático e Exercício de Cidadania	73
6. Liberdade, Constituintes e Constitucionalistas. "Em Defesa da Constituição"	75
Parte II. DIREITOS HUMANOS	79
1. O Paradigma "Direitos Humanos" um "suave milagre"	81
1.1. Revolução Epistemológica e autognose jurídica	81
1.2. Os Direitos Humanos frente ao Direito	82
1.3. Força dos Direitos Humanos e Fraqueza do Direito	83
1.4. Refutação das críticas aos Direitos Humanos	85
1.5. O carácter ocidental do paradigma "Direitos Humanos"	87
1.6. A mudança de Paradigma	88
1.7. Atracção de paradigmas	89
1.7.1. Recuperação positivista	90
1.7.2. Miscegenação sociologista e jusnaturalista	91
1.8. O Papel do Direito Natural nos Direitos Humanos	92
1.9. De Religião a Heresia	94
1.10. Balanço e Prospectiva	97
1.11. Conclusão. Direitos Humanos: Suave Milagre	99
2. O Parentesco dos Direitos Humanos: direitos de personalidade e figuras afins	101
2.1. Da Lei à Doutrina	101
2.2. Pessoa	103
2.3. Personalismo	104
2.4. Aspectos objectivos da Personalidade	105
2.5. Subjectividade e Personalidade. Alguns exemplos	109
2.6. Etapas e Âmbito da Personalidade	109
2.7. Fundamento jusnatural, jushumanista e constitucional do	
Direito de Personalidade	110
2.8. Direitos de Personalidade e Direitos Fundamentais	112

Localização: 342.4

C972c

2.9. Desafios aos Direitos de Personalidade: ao reencontro das liberdades ibéricas históricas	116
2.10. Os Direitos de Personalidade e o desafio paradigmático-metodológico de um direito pós-subjectivo	119
3. Dos Direitos Humanos no projecto de Constituição europeia: seu contexto e co-texto	121
3.1. Contexto dos Direitos Humanos na Constituição Europeia	121
3.2. Problemas Fundamentais dos Direitos Fundamentais	123
3.3. Do Contexto ao Co-texto dos Direitos no Projecto de Constituição Europeia	126
3.3.1. Constituição Axiológica	126
3.3.1.1. Essencialidade do axiológico na Constituição Europeia	126
3.3.1.2. Constituição Axiológica: Os Valores (1-2°)	127
3.3.2. Os Princípios da "Vida Democrática da União"	128
3.3.2.1. Princípio da Igualdade dos Cidadãos (1-45°). Importância fundante da Cidadania Europeia	128
3.3.2.2. Princípio da Democracia Representativa	129
3.3.2.3. Princípio da Democracia Participativa (1-47°)	130
3.4. Primeiras Conclusões	131
4. Religião e Direitos Humanos	133
4.1. As Religiões sagradas a Luz da Nova Religião laica	133
4.2. Breve análise conceitual	139
4.2.1. Direitos Humanos	139
4.2.2. Religião	142
4.3. Dimensões dos Direitos Humanos de Liberdade Religiosa	146
4.3.1. O Círculo Mínimo da Declaração Universal dos Direitos do Homem	146
4.3.2. Da Tolerância ao Respeito, do Respeito à Convivência	147
4.3.3. Limites do Proselitismo	147
4.3.4. Laicidade e Educação	150
4.3.5. Seitas e Seitas	151
4.4. Um Exemplo Actual do Choque de Liberdades e Mentalidades As caricaturas de Maomé	154
4.5. A Laicidade como superação pluralista da Tolerância	155
4.6. Pequena bibliografia	157
4.6.1. Religião e Sagrado	158

Localização: 342.4

C972c

Código de barras: STJ00065831

4.6.2. Mito	158
4.6.3. Mito, Sociedade, Política	159
4.6.4. Mito e Direito	160
4.6.5. Tolerância, Secularização, Laicidade e Filosofia	161
4.6.6. Liberdade Religiosa, Tolerância, Secularização	
Laicidade e Directo	161
4.6.7. Direitos Humanos e Fundamentais	162
4.6.8. Limites dos Direitos Humanos e afins	163
4.6.9. Liberdade de Expressão em geral	163
5. Educação e Direitos Humanos	164
5.1. Introdução	164
5.2. Filosofia e Direito. Filosofia do Direito	165
5.3. O Direito como educação para a Filosofia	168
5.4. A Filosofia como educação para o Direito. Educação para a	
Justiça	171
6. Direito à informação no Estado de Direito Democrático - Direito à	
informação ou deveres de protecção informativa do Estado?	174
6.1. Introdução: Perspectiva	174
6.1.1. Conflito de Paradigmas e Retóricas explicativas	174
6.1.2. As Teorias Clássicas sob o fogo das realidades	
novas	176
6.2. Pressupostos para uma Teorização	177
6.2.1. Da Pirâmide à Rede	177
6.2.2. Comunicação hierarquizada e Comunicação	
reticular	178
6.2.3. Vectores de reticularização: globalização, progresso	
técnico, emancipação mental	181
6.2.4. Liberdade vs. Estado	184
6.3. Ilustração Problemática no Direito Constitucional	
Vigente	185
6.3.1. Na Constituição da República Portuguesa	185
6.3.2. Na Constituição da República Federativa do Brasil	185
6.3.3. Constelações de liberdades e direitos nos textos	
constitucionais brasileiro e português vigentes	186
6.4. Multidimensionalidade e ambiguidade do Direito à	
Informação	188
6.5. Conclusão: Sistematização, Perspectiva, Dilemas	189
6.5.1. Categorias jurídicas da Informação	189
6.5.2. O Problema dos Deveres de Protecção e o	
Estado	190
6.5.3. Internet: Esperanças e Limites	192

Localização: 342.4

C972c

Código de barras: STJ00065831

6.5.4 Usos e Abusos do Direito	194
6.5.5. Entre dois Leviathãs	196
7. O Direito à Intimidade na era da Informática	198
8. A Liberdade Religiosa entre Inclusividade e Fundamentalismo	203
Bibliografia geral	213